

FMI é próximo obstáculo a ser vencido

■ Bancos exigem entendimento com o Fundo

TEODOMIRO BRAGA
Correspondente

WASHINGTON — A etapa mais difícil a ser vencida agora na negociação externa é a normalização das relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), essencial para o êxito do acordo da dívida por vários motivos. Além da reavaliação do governo, as novas escolhas que os bancos terão de fazer em relação às opções para troca da dívida também dependerá da aprovação pelo Senado, a quem caberá dar a última palavra, do lado brasileiro, sobre a aceitação do acordo.

Depois do entendimento definitivo entre as duas partes sobre

a distribuição das opções e o aval do Senado, etapas que não obedecem a um cronograma previamente estipulado, a implementação do acordo entra numa outra e mais difícil fase: a obtenção de US\$ 1,6 bilhão junto às instituições financeiras internacionais para complementar os US\$ 3,2 bilhões de garantias iniciais que o Brasil terá de oferecer aos bancos por ocasião da assinatura do contrato de implementação do acordo.

O acordo com o FMI é imprescindível não apenas para a liberação dos US\$ 520 milhões a serem fornecidos pela instituição como também dos recursos a serem emprestados pelos Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Prazo inicial — A *term sheet*, o documento com as linhas

gerais do acordo entre o Brasil e os bancos credores, estipula que o dia 31 de julho próximo é o prazo inicial para implementação do acordo. Mas, já antecipando problemas e atrasos, admite sua prorrogação para o final de novembro. A cláusula H da *term sheet* estabelece que o Brasil precisa ter um acordo vigente com o FMI.

O acordo atual, assinado em janeiro de 1992 pelo ex-ministro Marcílio Marques Moreira, está suspenso desde o semestre passado devido ao caos provocado pela crise política que resultou no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor. Uma outra cláusula referente à manutenção do acordo, exige que o Brasil continue membro do FMI.

A ajuda do FMI à formação das garantias virá dos US\$ 2,1 bilhões de empréstimo previsto

no acordo *stand-by*, que está suspenso, outro motivo que torna imperiosa a reativação do acordo nos próximos meses. Pelas regras do Fundo, só 25% desse tipo de empréstimo, ou que significa US\$ 520 milhões no caso brasileiro, podem ser utilizados para a integralização de garantias. O Bird e o BID devem entrar com mais US\$ 1,080 bilhão, mas só aprovarão os projetos que darão direito aos recursos depois que o Brasil normalizar suas relações com o FMI.

Para chegar aos US\$ 3,2 bilhões de garantias iniciais, o governo usará US\$ 1,6 bilhão das reservas internacionais do país, que também serão a principal fonte das garantias complementares que serão fornecidas pelo Brasil nos dois anos após a assinatura do acordo com os bancos.